

# Memória e testemunhos dos tempos de ditadura:

militância(s), vivência(s), sobrevivência e comemorações

Lidia M. V. Possas

**Como citar:** POSSAS, L. M. V. Memória e testemunhos dos tempos de ditadura: militância(s), vivência(s), sobrevivência e comemorações. *In* : VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.99-110. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p99-110>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# MEMÓRIA E TESTEMUNHOS DOS TEMPOS DE DITADURA: MILITÂNCIA(S), VIVÊNCIA(S), SOBREVIVÊNCIA E COMEMORAÇÕES<sup>1</sup>

*Lidia M. V. Possas*

O presente trabalho tem como objetivo tomar a questão do exercício da narrativa, como ato de lembrar/esquecer, ao mesmo tempo da criação dos espaços de memória referentes a história recente do Brasil e da América Latina. Estudos sobre a memória, vem se colocando de maneira intensa na fase de superação das ditaduras militares mediante o processo democrático que se coloca bem como o interesse da sociedade civil e dos atores sociais envolvidos diretamente na reconstrução do período.

Lembrar foi e esta sendo, em muitos países do Cone Sul, uma forma de restaurar a cidadania destruída, os laços familiares e sociais dissolvidos pela violência, sendo grande parte perdidos diante do exílio compulsório durante a vigência do Estado Terrorista<sup>2</sup> em passado próximo.

---

<sup>1</sup> O tema foi alvo de um debate entre historiadoras e uma militante do PC e feminista no evento *50 Anos do Golpe Militar*, realizado na Unesp/Marília em abril de 2014.

<sup>2</sup> Estado que segundo Irene Cardoso (1990), houve uma produção do terror, assim como a produção do esquecimento, via lei de Anistia: “a própria experiência do terror, com seu efeito residual, cria dificuldades e mesmo impossibilidades de nomear esta experiência, dificultando a construção de símbolos ou representações.”

Os crimes de lesa humanidade<sup>3</sup>, cometidos estão sendo priorizados pelo Estado de Direito na luta por Justiça e passam a ser divulgados em tribunais, fóruns e *juícios* por meio da narrativa, do relato dos sobreviventes como prova testemunhal das experiências e dos sofrimentos vividos, uma vez que a prova documental, circunstancial e escrita sofreu a destruição intencional dos operadores no exercício do poder visando apagar qualquer indício comprometedor.

É evidente que houve distinções quanto as práticas, a operacionalidade dos sistemas repressivos internos das ditaduras. No Brasil, segundo Calveiro (2013, p. 8-9) houve a reorganização do aparelho repressivo instalado, sendo que empenhava-se em ações repressivas seletivas, que preservou uma aparente normalidade institucional, cujo grau de violência variava conforme o alvo, “sendo que as Forças Armadas assumiram o papel de polícia política, estruturando um Estado para disseminar a obediência, eliminando oposições e divergências”.

O projeto de repressão e controle brasileiro constitui-se em uma ampla rede de espionagem, censura e sofisticada propaganda política, agindo sob a aparente legalidade, embora tenha reutilizado os cemitérios públicos com valas clandestinas para acobertar corpos de prisioneiros torturados. Agia-se, portanto em função das diretrizes do Conselho de Segurança Nacional que se submetia à Presidência da República. Comparando as estatísticas dos mortos e desaparecidos nos países do Cone Sul, o Brasil tem um índice que não ultrapassa as centenas, embora não sejam os números que atestem a violência do aparato repressivo<sup>4</sup>.

No caso argentino, o que se observou foi a presença dos campos *de concentração clandestinos*, conhecidos pelas atividades concentracionis-

<sup>3</sup> Segundo Parecer Técnico, firmado pelo Centro Internacional para a Justiça de Transição, no caso os países latino americanos, temos: “por força dos Princípios são crimes contra a humanidade: o assassinato, o extermínio, a escravidão, a deportação e qualquer outro ato desumano contra a população civil, ou a perseguição por motivos religiosos, raciais ou políticos, quando esses atos ou perseguições ocorram em conexão com qualquer crime contra a paz ou em qualquer crime de guerra” (SOARES; KISHI, 2009, p. 372).

<sup>4</sup> As estatísticas apontam que, logo após o golpe de 1964, 50 mil pessoas foram presas no país e, segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, publicação da Comissão de Familiares de mortos e do Grupo Tortura Nunca mais/RJ de 1995, há uma estimativa incompleta de 339 mortos e desaparecidos. As estatísticas apresentam variações entre 379 e 475, levantadas durante o governo Lula. O Relatório da CNV (2012- 2013) coletou um grande volume de acervo documental que “não são suficientes para o trabalho de investigação da CNV e precisam ser confrontados com a coleta de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes institucionais” (1ª Relatório Preliminar de Pesquisa/CNV – 2012-2013). Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/anexo\\_final.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/anexo_final.pdf)>. Acesso em: mar. 2013.

tas, cuja ação era de despersonalização dos prisioneiros, transformando-os em mortos-vivos antes de executá-los e do desaparecimento em massa de pessoas<sup>5</sup>.

As Forças Armadas, detentoras do poder em ambos os países, levaram avante a execução do projeto de homogeneização e disciplinamento da sociedade, de obediência acima de tudo à sua autoridade, que deveria ser reconhecida como legítima. Os militares “treinados para o silêncio, obediência e a morte” (CALVEIRO, 2013, p. 38) instituíram, ainda, os procedimentos burocráticos que implicava uma rotina e naturalizava as atrocidades cometidas, dificultando quaisquer questionamentos<sup>6</sup>.

Ressalta-se a difusão da cultura do medo, uma das heranças que ficaram na memória de todos aqueles que enfrentaram a estrutura repressiva e o sistema paralelo do poder que atuava de forma clandestina, direcionado para a ocultação de pessoas com a divulgação de notícias, por meio da imprensa colaboracionista, que alardeava a “imperiosa necessidade de erradicar a ameaça subversiva com métodos excepcionais” (p. 48).

Portanto retomar esse período da história política recente desses países é caminhar ao encontro de um esforço contra o esquecimento, algo contido em muitas mentes, pelo teor traumático vivenciado e dos lugares associados às pessoas, sendo que muitos daqueles espaços foram descaracterizados completamente com o fim da ditadura e a transição política para o Estado de direito, sendo reconstruídos, principalmente no caso argentino, como *Espacio para la Memoria*, a partir dos anos 90.

E nesse sentido penso que retomar a memória, seja relevante no sentido de produzir espaços outros de interpretação na medida que a polifônia existente evidencia as muitas possibilidades de versões. E foi nesse

<sup>5</sup> Estima-se que, entre 1976 e 1982, hoº Rerlatoriove 340 campos de concentração/extermínio e que, por eles, passaram de 15 a 20 mil pessoas, sendo 90% assassinadas (CALVEIRO, 2013, p. 41). Entidades de Defesa dos Direitos Humanos falam no total de 30 mil desaparecidos (A Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP). Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/lista-revisada>>. Acesso em: mar. 2013.

<sup>6</sup> Durante a pesquisa realizada na cidade de Córdoba, no acervo provincial do Serviço de Informação do Exército, denominado “Paraderos”, localizei muitas mulheres, que, diante dos sequestros, “sugados” de seus maridos, compareciam aos órgãos policiais para obter informações e, seguindo os trâmites “legais”, preenchiam um documento de próprio punho às autoridades de Segurança local, explicando como se deu o sequestro e apelando por providências. Nessas caixas, encontrei mulheres que se tornaram viúvas/viudas diante do desaparecimento dos esposos.

sentido que priorizei as relações de gênero<sup>7</sup>, como uma decisão consciente carregada de subjetividade na medida em que sintonize a presença, a voz e a participação concreta das mulheres sejam como militantes, guerrilheiras e simpatizantes nas lutas contra os mecanismos repressivos tanto no Brasil, como na Argentina. E na condição de sujeito ativo desse processo histórico, elas (re)construíram identidades e resignificaram os papéis tradicionais atribuídos e como mães, esposas, avós, irmãs e viúvas passaram a reivindicar o direito à palavra como forma de existência, adentrando o espaço público. Tomar a sua narrativa veio ampliar sobremaneira os horizontes das experiências observadas, das vivências em um cotidiano conturbado pelas transformações culturais e políticas dos denominados “anos de chumbo”, em 70-80.

São as lembranças fortes referências para os indivíduos que no Brasil (1964 – 1983) como na Argentina (1976-1983) enfrentaram uma guerra interna declarada e um poder onipotente e inapelável justificando seus atos espúrios como sendo a defesa e a *luta contra a subversão, contra o perigo comunista*. A realidade, o cotidiano das pessoas foi reduzido a um universo binário, esferas contrárias e opostas: o igual, totalizador representado pelo duro poder do Estado e o diverso, o diferente ameaçador.

Nesse cenário político de opostos, a sociedade passou a ter a existência de um perigo do tipo bélico, que reduziu a realidade aos termos do enfrentamento militar, de modo que se moveu a indicação de intervenção a partir das “noções de amigo-inimigo, batalhas, guerras e aniquilamento” (CALVEIRO, 2013, p. 88).

No plano externo a Guerra Fria, resultado dos antagonismos ideológicos, dividia o mundo em dois grandes blocos e refletia essa bipolaridade diretamente na vida, no cotidiano e nas opções políticas das pessoas, da coletividade, colocando-os na posição de um Outro, o inimigo, diante das discordâncias a viver a totalidade imposta. Para os militares no poder, portanto, havia uma guerra a ser decidida e travada dentro e fora das fronteiras nacionais. Munidos de um discurso saneador, fundado na Doutrina de Segurança Nacional<sup>8</sup>, pensavam a partir de termos bélicos e, com isso,

<sup>7</sup> Entendida como as diferenças não biológicas entre mulheres e homens, mas construídas, social e culturalmente através de papéis pré determinados, de práticas que estabelecem e reforçam relações de poder, de difícil superação devido a sua reprodução...

<sup>8</sup> No Brasil, a doutrina da Segurança Nacional foi concebida tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos; ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo

assumiram a profissionalização de combate e de repressão antes destinada à polícia. Essa justificativa foi tão presente e incorporada pelas organizações militares, seja durante, como após a ditadura, no caso de apuração dos crimes de lesa humanidade cometidos.

Com a pesquisa realizada<sup>9</sup> e através de uma perspectiva de história comparativa (THEMI; BUSTAMANTE, 2007)<sup>10</sup>, constatei o quanto a história é complexa e plural diante de uma totalidade dada, e de como os conceitos naturalizados e a memória oficial podem ser desestabilizados. Pela historiografia que viveu o impacto do regime pode-se observar um certo enquadramento, a seleção de fatos que institui um passado, e que excluíram indivíduos, as cidadanias e as experiências vividas reforçando estereótipos e o que foi assustador: silenciaram protagonismos .

Ao tomar as vozes femininas, na condição de mulheres que enviuvaram, com a perda dos maridos /companheiros, como foco, no tempo presente, foi possível não só identificá-las, mas reconhecê-las recuperando suas vidas, os conflitos e tensões vividas em uma época de grandes mudanças comportamentais e de valores que vieram transformar as relações familiares, as relações entre os jovens e casais em um mundo polarizados ideologicamente. As opções político-ideológicas, a militância, a luta armada ou não, na maioria das vezes culminou em prisão, tortura e cárcere prolongado até o final do regime ditatorial.

Depois, com o fim, do regime , parcela significativas delas passaram ao engajamento em movimentos por justiça, por garantia e direitos ampliados com participação nos eventos e praticas comemorativas com a fase democrática instalada

---

principal, as “forças internas de agitação”. Com assessoria de técnicos americanos, teve a colaboração dos Institutos de Pesquisa em Estudos Sociais/ IPES e o Brasileiro de Ação Democrática/ IBAD sendo reelaborada pela Escola Superior de Guerra. Tratava-se de uma teoria de intervenção no processo político nacional. Foi usada para justificar o golpe de 64 e para a repressão aos movimentos de esquerda e de oposição ao regime (COIMBRA, 2000, p. 1-22).

<sup>9</sup> Esse texto é uma parte simplificada da Pesquisa de Livre Docência, com o apoio do CNPq, defendida em 2014, abordando Feminismos, Gênero e Viuvez .A invisibilidade das narrativas de viúvas nos movimentos sociais e de resistência às Ditaduras. Brasil e Argentina nos anos 70-80.

<sup>10</sup> O trabalho de Neide Theml e Regina Maria da Cunha Bustamente é exemplar nos estudos que tomam por objetivo aproximar realidades díspares, com preocupações de perceber distinções (THEML; BUSTAMENTE, 2007).

E foi nesse contexto que o estado civil da viuvez emergiu em suas múltiplas significações.

No Brasil há a permanência do termo jurídico legal – viuvez/ viúvas - e seu uso diante das garantias constitucionais retomadas pelos processos de indenizações dos cônjuges desaparecidos, a partir do governo de FHC (nas duas presidências: de 1995-1998 e 1999-2003) e, ampliada nas alterações dos discursos oferecidos nas Audiências Públicas convocadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), Seção São Paulo (2012) .

Na Argentina, o termo foi alterado para *mujeres/companheiras de los desaparecidos*, e não *viudas*, assumindo uma representação de força e cunho político, ou seja de exigência legais que levou o Estado a considerar esse “novo” estado civil. Portadoras da legitimidade afixada elas passaram a exigir que o Estado de Direito instalado, pós 1983, assumisse as responsabilidades pelos crimes de lesa humanidade cometidos pelo terrorismo institucionalizado do sistema repressor. Essas mudanças exigiram lutas , principalmente a partir de 1984, com a definitiva suspensão das Leis de Ponto Final (1986), Obediência Devida (1987) e dos Indultos oferecidos aos militares (1990). No governo de Néstor Kirchner (2003-2006), *houve o que podemos denominar de “culto à Memória”, com a garantia política de reverter a condução dos processos e também de instalação e recuperação dos espaços que antes foram centros clandestinos de extermínio.*

Ao mesmo tempo, essas medidas se aproximaram das reivindicações de direitos humanos liderados por organizações, constituindo-se em movimentos políticos que partiram das relações familísticas, e da retomada de ações das mães, avós, irmãs e dos Filhos(as), porém jamais viúvas. Reconhecia-se que nesse caso, a viuvez não possuía a legitimidade necessária para esse tipo de luta? Estaria, essa relação familiar, tão impregnada pela tradição e conservadorismos das relações de gênero na América Latina que poderia inviabilizar a palavra?

Recorrendo as entrevistas detectei que as aproximações de mulheres viúvas com os movimentos feministas dos anos 80, foram inexistentes e contribuiu ainda mais para a permanência da invisibilidade daquelas mulheres, em sua condição de viuvez, uma vez que o protagonismo político com aquela identificação, foi percebida mais no Brasil.

E para compreender essas distinções tomei as trajetórias de mulheres brasileiras e argentinas engajadas ou não em movimentos de resistência ao regime militar, de lutas pela democratização, por direitos de indenização, de ter a palavra, de (re) construir as identidades.

Nos relatos de mulheres nas Comissões de Justiça e Verdade, realizadas no Brasil e nos Estados a partir de 2012, convocadas como testemunhas<sup>11</sup>, deixam transparecer que enfrentaram uma luta ambígua e, na maioria das vezes, dissonante no campo das organizações de esquerda (RAGO, 2013), porém compõem uma memória emblemática, coletiva de um momento violento e dramático da vida política nacional. Para serem aceitas e respeitadas como mulheres e como guerrilheiras, tinham que colocar a luta acima de tudo; a Revolução era a prioridade. Ao testemunharem, observo que privilegiam a atuação militante no cotidiano, os riscos enfrentados, a descrição das torturas e, se estavam grávidas e tinham filhos, enfatizavam as dificuldades da maternidade frente à repressão. Assumir-se como viúvas na Argentina e no Brasil é um relato inexistente e, muitas vezes, omitido.

Ter sentimentos, assumir uma paixão poderia fragilizar e deslegitimar o relato, a denúncia, nesse momento de grande expectativa política na busca da Verdade e Justiça. Para pertencer aos quadros das organizações, era exigido uma completa doação dos indivíduos à causa, independentemente de serem mulheres ou homens. Os casais tentavam dissimular os afetos que, muitas vezes, resultavam em nascimento de crianças na clandestinidade, apesar da proibição das organizações. No Brasil, em uma delas, por exemplo, a AP/Ação Popular orientava: “A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual.” (SCHLATTER, 2011, p. 396). A luta revolucionária em prol de um ideal maior era prioridade, e as relações afetivas não deveriam ser o foco das discussões, muito menos de relações entre homens e mulheres.

Assumir as afetividades, ter vida íntima, falar na 1ª pessoa, e deixar transparecer as subjetividades em um cotidiano de quebra de total de privacidade geraram conflitos e tensões, no interior das organizações, ocasionando quase sempre as tais reuniões coletivas de julgamento, de “auto crítica” no interior das células militantes.

<sup>11</sup> Disponíveis no site da CNV <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/05/instalada-a-comissao-nacional-da-verdade>> e nas sub sedes estaduais>. Acesso em: mar. 2014.

No entanto, rompendo esse cenário havia exceções. As mulheres na condição de *viúvas* têm histórias para contar e quando sós, escreviam poesias no cárcere, cartas apaixonadas que deveriam seguir por mensageiros clandestinos, deixando transparecer afeto, a saudade e a solidão após a loucura de viver um grande amor, como dizia o poeta Vinicius de Moraes.

A juventude, como a geração que viveu esse anos dos esclarecimentos e de possibilidades de vislumbrar um devir social e revolucionário queriam fazer parte dessa construção ao mesmo tempo que realizavam descobertas pessoais e afetivas. Os casais, em geral, eram jovens e tinham, em média, de 18 a 25 anos.

O relato de Ana, uma jovem universitária cordobesa de 19 anos, que entrevistei, nos dá essa dimensão. Assumiu uma militância junto aos sindicatos quando conheceu Roberto Cristina, 21 anos. Ambos se apaixonaram, vivendo um romance que resultou no nascimento de uma filha, que não chegou a conhecer o pai. Para ela, sua vida íntima foi plena por ter tido uma grande paixão, que terminou com o sequestro e o desaparecimento do *marido* em 1978. Em um caderno de anotações, Ana dedicou várias poesias ao “Cabezón”, cognome de Roberto, quando ainda não tinha certeza se poderia ser incluído entre a lista de desaparecidos de Córdoba: *? no hay corpo*, ela enfatizou.

Segue a Primavera  
 esto no es joda  
 teres treinta años  
 y esta noche, sola  
 te vivieste insolente este Septiembre  
 a levantar los timbres de mi ansiedade, sellada  
 a mostrarme, ofensiva  
 a toda esta gran ternura,  
 Sy... Primavera  
 Esto se que nos es joda  
 Mis treinta  
 Tantas ganas  
 y... tão sola (MOLINA, 15 mar. 2013).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Entrevista com A. MOLINA, hoje é uma linda mulher de 63 anos. Mora só em uma casa inconfundível como ela: alta torre circular, um farol, em vários andares repleta de recordações: quadros, objetos, cabides com chalés, colares e brinquedos da neta. Continua assumindo o compromisso da luta dos Familiares dos Desaparecidos. Vive do trabalho que realiza em casa com psicologia terapêutica, aromas. Condena o machismo que considera internalizado pelas mulheres.

Vivendo hoje em sua casa, o “farol” em um dos bairros de Córdoba, conversamos sobre a sua vida, a eterna saudade e do seu engajamento em organizações de direitos humanos. Tem uma postura esclarecida das lutas das mulheres de sua geração. Conhece a obra de Simone de Beauvoir e leu as cartas de Rosa de Luxemburgo contra o autoritarismo do partido. *No somos como Bibelot, no! Sino como mujer.*

Ao fazer uma retrospectiva da militância e do sequestro do companheiro em 1978, que lhe tirou o chão, ressalta que foi presa apenas algumas horas, sendo solta logo em seguida, após perguntas do oficial. O medo de viver com a sua ausência em Buenos Aires, onde morava, a fez retornar à cidade de Córdoba e levar a filha para casa de parentes. Iniciou um longo período, segundo ela, difícil, de construção de si, com altos e baixos momentos curtidos na vida noturna e boemia, para depois reencontrar-se e prosseguir vivendo. Foi nesse tempo, anos 80, que começou a registrar em um caderno, ideias aparentemente desconexas, com palavras, ora riscadas, repetidas em busca de um termo que melhor refletisse os sentimentos sentidos; poesias que mesclam à paixão vivida, a solidão, a saudade em uma cidade repleta de recordações.

Essas histórias pessoais, mesmo carregadas pela memória coletiva de um momento, onde o presente sucita o passado, refazem as subjetividades encolhidas, reservadas em algum canto e explicitam vivências que nas comemorações ficam abafadas pelo compromisso coletivo de Verdade e Justiça, pelos hinos e apologias aos heróis. As ilusões e as decepções sentidas convergem sim no tempo presente em lutas, participação em organizações, movimentos sociais porém conseguem conciliar vozes dissonantes onde o eu e o Outro podem ser captados seja pela defesa da Justiça, em campanhas contra violência doméstica e pela existência.

Uma figura feminina brasileira emblemática é a da viuva Clarice Herzog<sup>13</sup>, cujo marido, Vladimir Herzog, foi assassinado em 1975, nos porões do DOI-CODI em São Paulo. Seria porque a versão oficial do “suicídio” ainda prevalecia? Explicação que ela não nunca aceitou.

<sup>13</sup> Na época, com 33 anos e mãe de dois filhos pequenos. Não aceitou a versão oficial do suicídio do marido. Após 37 anos de luta, conseguiu o Atestado de Óbito em setembro de 2013, emitido pela Justiça de São Paulo. Disponível em: <<http://claudia.abril.com.br/materia/viuva-de-vladimir-herzog-clarice-desabafa-pago-impostos-para-sustentar-torturadores?p=/comportamento/sociedade>>. Acesso em: maio 2009.

Clarice, diante do fato, assumiu o espaço público, sendo logo reconhecida em todo o país. Não se isolou e concedeu várias entrevistas. Em uma delas<sup>14</sup>, a de 1996, o seu relato oferece indícios valiosos e, ao mesmo tempo, contraditórios para compreender como a experiência da memória opera, e como os significados são retidos. Um deles, ao narrar o seu próprio comportamento ao assumir-se enquanto viúva diante da morte de seu marido, incorporou o novo estado civil e, com ele, e, por meio dele, identificou-se na luta contra os órgãos da repressão, embora mantendo o estigma e a representação de uma situação onde a mulher viúva pode ser colocada em suspeição:

Eu queria provar que o Vlado tinha sido assassinado. O Exército era responsável porque ele morreu nas instalações do 2º Exército. Não quis abrir um processo de indenização porque achava que havia uma comoção popular positiva, favorável e se eu o abrisse, eventualmente corria o risco de inverter esse clima, pois iam falar - o corpo nem esfria e a *viúva já vai em busca do ouro*. (grifo nosso).

E, prosseguindo, em um outro momento, ao referir-se à sua sogra, D. Zora, que tinha

Enviuvado três anos antes, ela confirmou uma outra representação da viuvez, talvez a mais tradicional: a situação da mulher em desalento, de perda do sentido da vida e de identidade

quando ocorre a viuvez:

Quando o pai do Vlado morreu, ela ficou muito mal porque de certa forma sentiu que não tinha mais função, que havia perdido seu espaço. Com a morte do filho ela ganhou um espaço para cuidar da gente, para cuidar dos netos.

E ao final, ao ser indagada sobre os seus sentimentos pessoais diante da trágica perda e

o lugar do luto, ou seja entendendo o recolhimento esperado de uma mulher que enviuvou,  
ela reforçou: O baque é tão grande, é um negócio impressionante, que quebra, que rompe  
mesmo mas o luto mesmo fui viver muitos anos depois.

<sup>14</sup> Entrevista concedida a Alípio Freire, editor da *T&D*. em 30/01/1996.

São essas sutis percepções da viuvez, mediante a violência política vivenciada e dos sentimentos aflorados, como ser colocada em suspeição, a necessidade de rever a identidade e enfrentar a morte estão cristalizados naquele testemunho, naquela narrativa dos anos 90. No entanto, em outro momento, em setembro de 2013, como empresária e novamente casada, ela ainda é a “viuva de”, embora o tempo relatado de outrora seja resignificado em função do seu presente e do país em que vivemos:

O atestado não me incomodava. Não andava com ele na mão. Para mim e para a sociedade, estava claro que fora assassinato. O que me incomoda é que pago impostos para sustentar torturadores que estão trabalhando em órgãos governamentais. A grande vitória será desmascarar esses caras. Não é revanchismo, temos o direito de saber. Eles devem ser penalizados porque fomos castigados a vida toda. A mudança do atestado provoca a emoção da vitória política, da desmoralização do que acontecia nos porões do DOI-Codi. Não é revanchismo, temos o direito de saber. Eles devem ser penalizados porque fomos castigados a vida toda. A mudança do atestado provoca a emoção da vitória política, da desmoralização do que acontecia nos porões do DOI-Codi.<sup>15</sup>

Inserir as memórias, com as individualidades, as cores de subjetividades que contem , nesse momento de comemorações de um passado próximo para um *Brasil. Nunca Mais!* é forma de colaborar para o fortalecimento dos processos democráticos em curso no Brasil e na América Latina, diante das possibilidades e garantias constitucionais firmadas de modo que possamos avaliar e superar o passado revisto .

Em nesses 50 Anos do Golpe Militar no Brasil, construído também pelas narrativas femininas, pelas experiências e vivências compartilhadas temos a oportunidade de rever essa fase truculenta de nossa história recente, onde as memórias, no processo de rememoração oferecem a oportunidade de novas interpretações , de uma revisão historiográfica em um presente que se coloca com toda a sua diversidade de sujeitos e interpretações . Cabe à nós historiadoras/(res) em nosso ofício vislumbrar em nosso horizonte de espera que devemos estar atentas aos protagonismos, sejam femininos e masculinos, uma vez que essas presenças enriquecem e possibilitam compreender as mediações dos conflitos e do consenso.

<sup>15</sup> Essa entrevista foi concedida a Adriana Negreiros e Bianca Castro, jornalistas da Revista Claudia, com o título: *Viúva de Vladimir Herzog, Clarice desabafa: “Pago impostos para sustentar torturadores”*.

**REFERÊNCIAS**

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Bomtempo, 2013.

CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 101-112, 2º sem. 1990.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722000000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: jan. 2014.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). Lista Revisada de los desaparecidos en Argentina. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/lista-revisada/>>. Acesso em: jan. 2014.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções as subjetividade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

SCHLATTER, Sergio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina; VEIGA, Ana (Coord.). *Resistências, gênero e feminismos no Cone Sul*. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 391-407.

SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e verdade*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.

THEML, Neide; BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2007.

**FONTES**

HERZOG, Clarice. Memória: direitos humanos. Entrevista [jan. 1996]. Entrevistador: Alípio Freire. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 30, nov./dez. 1995/jan. 1996. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editoral/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-direitos-humanos-clarice-herzog>>. Acesso em: jan. 2014.

HERZOG, Clarice. Pago impostos para sustentar torturadores. Entrevista [nov. 2012]. Entrevistadoras: Adriana Negreiros e Bianca Castro. *Claudia*, São Paulo, nov. 2012. Postado por Adriana Negreiros em 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.adriananegreiros.com/2013/03/clarice-herzog.html>>. Acesso em: jan. 2014.

MOLINA, A. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistadora: Lidia M. V. Possas. Córdoba, Argentina, 15 mar. 2013.